

A REPETIÇÃO DA ARGENTINA

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S.Paulo, 22.12.1989

A ano de 1990 não será fácil para o Brasil. A eleição de Fernando Collor de Mello não permite qualquer otimismo. Político populista de direita, foi eleito a partir de uma aliança que envolveu os setores mais conservadores da sociedade, os grupos políticos mais fisiológicos ou clientelistas do Congresso, e uma massa amorfa de eleitores pobres e desinformados. Sua estratégia fundamental foi a audácia. Audácia no bom e no mal sentido: audácia de enfrentar os "marajás", audácia de se opor a Sarney, audácia de enganar, audácia de prometer, audácia de ofender, audácia de repudiar os que o apoiavam. Agora é o presidente-eleito. Bem ou mal deverá governar o Brasil por cinco anos.

Tudo será possível no governo Collor. O mais provável, porém, é uma repetição do que ocorreu na Argentina. Naquele país, um candidato da direita populista foi eleito. Trouxe para o Ministério da Economia um empresário conservador, que merecia toda a confiança dos empresários. Adotou um discurso e uma prática neoliberais, baseados na privatização e na desregulação - aliás, necessárias. Recebeu aplausos internacionais. Congelou os preços, estancou a inflação. Mas não fez o ajuste fiscal nem enfrentou o problema da dívida externa. De um lado não aumentou impostos, não reduziu despesas, não eliminou incentivos. De outro, não reduziu unilateralmente a dívida externa para no máximo 20 por cento (que é aproximadamente o que a Argentina pode pagar). Em consequência, depois de uma pequena lua-de-mel, a inflação voltou a explodir. O presidente argentino já se tornou altamente impopular e está ameaçado de uma crise de legitimidade a partir da perda do apoio da sociedade civil.

A não ser que Collor de Mello acorde em tempo, é muito provável que siga os passos de Menem. Chamará para o Ministério da Fazenda um empresário ou um economista conservador que proporá o ajuste fiscal, as privatizações e as liberalizações. Estas serão iniciadas, mas em relação ao ajuste fiscal pouco ou nada acontecerá. Os ricos não se disporão a pagar mais impostos. Os políticos fisiológicos, que estão na base do apoio a Collor, não concordarão com reduções de despesas e eliminação total dos subsídios e incentivos. Os empresários e o próprio ministro não

terão nem a coragem nem a convicção necessárias para reduzir unilateralmente a dívida externa para 50 por cento (que é aproximadamente o que o Brasil pode pagar). O congelamento de preços, entretanto, virá. Provavelmente com outro nome. Mas virá, porque não há outra alternativa para estancar uma hiperinflação indexada. Os preços cairão, mas por pouco tempo, e no segundo semestre de 1990 deveremos estar diante da hiperinflação aberta. Hércio Tokeshi, que fez uma análise semelhante, disse-me que a provável argentinização lhe lembrava o filme "De Volta para o Futuro".

Fiz a previsão de que a hiperinflação aberta ocorreria no segundo semestre de 1990 em outubro passado, quando ficou claro que as perspectivas de Mário Covas eleger-se eram pequenas ("A Crise de 1990", em IstoÉ Senhor, 4.10.89). Repito-as agora com um agravante. O fracasso da estabilização argentina já ocorreu. O futuro já conhecido está mais perto.

O que ocorrerá depois da hiperinflação aberta? Não sei dizer. Collor não tem condições ideais nem para evitar a hiperinflação nem para enfrentá-la uma vez desencadeada. Caberá, entretanto, a ele e à sua equipe a tarefa. Para quem decide pela oposição, não resta outra alternativa senão alertar Collor e aqueles que participarão de seu governo. E procurar apoiá-lo, como fará o PSDB, em relação às medidas de emergência que deverá tomar contra a inflação. A audácia é sempre um misto de coragem e irresponsabilidade. Esperemos que afinal prevaleça a coragem.